HAITI – DE PÉROLA DO CARIBE À POBREZA ATUAL. O QUE DEU ERRADO?

ALVARO AUGUSTO DIAS MONTEIRO
Almirante de Esquadra (FN-RM1)

SUMÁRIO

Sua Majestade Jacques I, imperador
Os *marines* chegaram
A segunda independência
A Minustah
O encontro com a história, uma nova era?
À guisa de conclusão

Graham Greene, em seu livro *The Comedians*, escreve que alguma estranha maldição caiu sobre os escravos libertos de Hispaniola. A devastação do terremoto de janeiro de 2010, justamente quando tudo indicava que o Haiti finalmente começara a trilhar as sendas da estabilidade e do progresso, parece demonstrar que há algum sentido em sua afirmação.

O Brasil, que a partir de 2004, quando assumiu o comando das forças da Organização das Nações Unidas (ONU) em operações de paz naquele país, acompanhava

com interesse o desenvolvimento daquela missão, também pagou seu quinhão: 18 brasileiros morreram no terremoto.

Após sete anos de missão, percebe-se certa fadiga dos países contribuintes de tropas, que começam a pensar em retirá-las do Haiti, o que significaria o fim da Missão da ONU de Estabilização do Haiti, a Minustah. No entanto, a saída intempestiva da Minustah, que é integrada por outros componentes além das tropas, pode comprometer irremediavelmente os progressos já alcançados.

Só a certeza de que as razões que levaram à situação atual do Haiti não mais se fazem presentes pode indicar a hora adequada para encerrar a missão.

Urge, portanto, conhecê-las.

SUA MAJESTADE JACQUES I, IMPERADOR

Exauridos por 14 anos de lutas, em que combateram, além dos colonos, os espanhóis, os ingleses e, por fim, as tropas de Napoleão, 34 homens reuniram-se, no primeiro dia de janeiro de 1804, para assinar a Declaração de Independência do Haiti.

O grande líder da revolução, Toussaint Louverture, que, após derrotar os ingleses em 1797¹, governara de fato o Haiti até 1802, outorgando-lhe inclusive sua primeira Constituição, em 1801, não mais estava entre eles – caíra em uma armadilha quando combatia as tropas do General Leclerc, enviadas por Napoleão, seu cunhado, para reconquistar a próspera colônia. Morreria de frio, prisioneiro em um forte francês. Sua morte, porém, não impediu que as forças francesas fossem derrotadas pelos rebeldes, agora liderados por Jean Jacques Dessalines, pela febre amarela e pela malária.²

Tudo começara na noite de 14 de agosto de 1791. Boukman, um sacerdote vodu, diante dos escravos reunidos em torno de uma fogueira, cortou a garganta de um porco e determinou que bebessem seu sangue. “Ajoelhados, o sangue quente do ani-

mal ainda em seus lábios, os escravos prestaram um juramento de fé e de obediência a seus líderes e morte a todos os brancos” (Heilm, 2005, p. 39). O início da revolta foi marcado para 22 de agosto. No estandarte que portariam, a figura de um bebê branco empalado na ponta de uma lança não poderia representar pior augúrio para os colonos que com tanta crueldade os vinham escravizando.

Quando Boukman exortou à luta pela liberdade, havia no Haiti 700 mil escravos, dominados por 40 mil brancos e, de certo modo, por 28 mil mulatos (*mulâtres*).

A situação dos mulatos era peculiar. A despeito das relações sexuais entre brancos e negros serem proibidas, com o passar dos anos foi-se formando no Haiti uma população de mestiços, fruto da miscigenação do colonizador branco com a escrava negra. Os mulatos, por serem filhos de franceses, recebiam normal-

O germe da rivalidade racial transformar-se-ia no ódio que ao longo da história do Haiti contribuiria para seu atraso

mente educação formal, não poucas vezes na própria França, o que lhes conferiu, além da superioridade intelectual sobre os negros, a oportunidade de tornarem-se donos de terras e, inclusive, de escravos! Em vista de sua educação, considerada esmerada para os padrões locais, passaram a ser conhecidos como *affranchis* (afrancesados). Os mulatos eram, portanto, vistos com desconfiança pelos negros e, malgrado suas posses e educação, discriminados pelos brancos. O germe da rivalidade racial transformar-se-ia no ódio

1 Sir John Fortescue menciona, em sua história do British Army, que a desastrosa empreitada inglesa no Haiti, computando-se o pessoal da Marinha e do Exército, custou a vida de cerca de 50 mil ingleses. A febre amarela contribuiu em muito para esse total de mortes (Heilm, 2005, pág. 74).

2 As perdas francesas totalizaram cerca de 55 mil homens, dentre eles o próprio Leclerc, que morreu de febre amarela.

que ao longo da história do Haiti contribuiria para seu atraso.

Eram trinta e quatro os homens que se reuniram para assinar a Declaração de Independência do Haiti: vinte e três mulatos e onze negros. Todos senhores da guerra, generais feudais no comando de suas tropas³. Reunidos, juraram fidelidade a Dessalines. Se pretendiam emular os “Founding Fathers”, faltou-lhes fraternidade – somente cinco morreram de morte natural, os demais imolaram-se nos meandros das lutas políticas.

Uma questão permeava os debates entre eles: o que fazer com os colonos que permaneceram no Haiti? Sua deportação fora cogitada, porém Dessalines, entre a deportação e o assassinato, não teve dúvidas – para ele os haitianos eram apenas os negros; mesmo os mulatos tinham sangue do branco – sangue francês –, portanto não eram verdadeiramente haitianos. Os assassinatos, aos milhares, começaram em janeiro. Em abril, não havia mais franceses ou seus descendentes no Haiti.

A situação não se conformava ao pensamento do famoso abade Henri Grégoire, ativo convencional francês, que presidiu a reunião da Convenção no dia 14 de julho de 1789: “O Haiti é um farol elevado sobre as

Antilhas, em direção ao qual os escravos e seus senhores, os oprimidos e opressores voltam seus olhares” (Morel, 2005, p. 80).

Ninguém voltou seus olhares. O Haiti ficou mais de 20 anos sem reconhecimento internacional.

Para reconhecer o Haiti, em 1825 a França (primeiro país a fazê-lo) exigiu insuportável e injusta indenização – 150 milhões de francos. Foi a revanche dos ex-colonos franceses que conseguiram voltar à França: dos 150 milhões de francos, 115 destinavam-se a eles⁴.

No dia 8 de outubro de 1804, na Igreja de Notre-Dame, em Cap Haitien, Jean-Jacques Dessalines, inspirando-se em Napoleão, fez-se coroar Jacques I, o imperador do Haiti. A igreja ainda estava sem o teto, destruído pelo fogo ateados pelos escravos revoltosos,

em seu retraimento diante das tropas francesas. Dessalines bem cumprira as ordens de Toussaint Louverture quando a esquadra francesa de Leclerc com 67 navios foi avistada: “Os únicos recursos de que dispomos são a destruição e o fogo. Aniquile tudo, destrua tudo. Bloqueie as estradas, polua as fontes d’água e poços com cadáveres e cavalos mortos, não deixe nada atrás de você” (Heiln, 2005, p. 96).

A terra devastada não mais conheceria a riqueza que levava o Haiti a ser conhecido como a Pérola do Caribe. Fecundada no ódio racial, aquela bela nação teria, doravante, poucos momentos de paz

3 Isso pode explicar a desditosa interferência dos militares na vida institucional do país: o primeiro presidente civil, Michel Oreste, somente tomou posse 109 anos depois, em 1913.

4 Posteriormente, em 1838, a indenização foi reduzida para 90 milhões de francos. Como termo de comparação: em 1803, a França vendeu a Louisiana aos EUA por 30 milhões de francos. Não o que, atualmente, se conhece por Louisiana, mas o território que assim era então denominado e que se espalhava do Golfo do México até a atual fronteira com o Canadá, totalizando cerca de 2,3 milhões de quilômetros quadrados! Mesmo com essa redução, o Haiti só conseguiu liquidar a dívida em 1947. Em 2004, o Presidente Aristide solicitou à França a devolução desse dinheiro, o que, considerando a inflação do período e juros de 5% ao ano, atingiria a cifra de US\$ 21 bilhões.

A terra devastada não mais conheceria a riqueza que levava o Haiti a ser conhecido como a Pérola do Caribe. No início da revolta, o Haiti era líder mundial da produção de café e responsável por 75% da produção mundial de açúcar e por dois terços do comércio exterior da França. Em 1791, havia no Haiti 792 plantações de cana-de-açúcar, 2.180 de café, 705 de algodão, 3.097 de índigo, 69 de cacau e 623 pequenas culturas de subsistência, o que ensejou o ditado francês: “Rico como um Creole” (Heiln, 2005, pág. 7).

A eliminação dos franceses e de suas fazendas, além de deixar o Haiti sem pessoal capacitado para recuperar sua lavoura, pulverizou as grandes *plantations* em micropropriedades incapazes de possibilitar o cultivo dos produtos tradicionais haitianos, requerentes de grandes extensões de terra para sua produção comercialmente favorável. Justamente no momento em que a Revolução Industrial começava a provocar o deslocamento da riqueza do setor agrário para o industrial.

Daquela destruição, o Haiti jamais se recuperaria. Fecundada no ódio racial, aquela bela nação teria, doravante, poucos momentos de paz.

Jacques I foi morto em combate em 1806, quando defendia seu reino contra uma revolta do Sul. Por sua sucessão lutaram Pétion e Henry Christophe, antigo lugar-tenente de Toussaint Louverture, o que levou, em 1811, à divisão do Haiti: o Reino do Norte sob o reinado de Henry I (Henry Christophe), cuja elite era absolutamente negra, e a República do Sul sob a presidência de Pétion, assessorado por uma elite de mulatos.

A reunificação deu-se com a morte dos dois governantes, Pétion em 1818 e Henry I em 1820, ambos sucedidos por Jean-Pierre

Boyer, que governou por 25 anos. A reunificação reacendeu a velha rivalidade entre negros e mulatos.

Faustin Soulouque, negro, filho de escravos, ao assumir o governo do Haiti, em 1847, encetou sistemático massacre de mulatos. Seguindo o exemplo de seus ilustres antecessores negros, Dessalines e Henry Christophe, Soulouque foi suntuosamente coroado Imperador Faustin I em 1852. Seu reinado durou pouco: foi destronado três anos depois.

Em 1904, os haitianos entregaram-se efusivamente às comemorações do centenário de sua independência, embora algumas vozes haitianas tenham se levantado contra esses festejos por considerarem que a situação do Haiti recomendava muito mais reflexão do que festa. Os haitianos, contudo, fizeram ouvidos moucos. Inebriados pelos festejos, não deram relevância a dois acontecimentos muito significativos: em fevereiro, a concessão da futura Zona do Canal do Panamá aos EUA, e, em junho, a chegada do Capitão Charles Young, do Exército dos EUA, o primeiro adido militar estrangeiro do Haiti. Em sua algaravia, não perceberam que o vento começara a rondar.

No mesmo ano, 1908, em que a majestosa Esquadra Branca de Theodoro Roosevelt, em sua circunavegação,⁵ demonstrava ao mundo que nova potência emergira e que não mais admitiria a interferência de potências europeias nas Américas, o Presidente Tonton Nord determinou novo massacre de mulatos, somente suscitado pela intervenção de dois navios estrangeiros: o HMS *Indefatigable*, de Sua Majestade britânica, e o SMS *Bremen*, da Marinha de Guerra da... Alemanha!

O Haiti ter conhecido, entre 1908 e 1915, sete presidentes certamente atraiu a aten-

5 A majestosa Esquadra Branca de Theodore Roosevelt, 16 encouraçados e seus escoltas, todos construídos nos EUA, tripulados por cerca de 14 mil marinheiros, visitou o Rio de Janeiro de 12 a 21 de janeiro de 1908.

ção dos EUA. Porém muito mais o fizeram: a forte presença alemã no Haiti, que já dominava 80% do seu comércio exterior; a suspeita que a Marinha alemã pretendia estabelecer no Caribe uma base de apoio para seus navios; e as negociações franco-alemãs para obtenção do controle do Banco Nacional do Haiti e para a construção de ferrovias, iniciativas que foram consideradas como uma tentativa franco-germânica de desbordar a Doutrina Monroe, o que não seria permitido por Washington⁶.

O interesse dos EUA pelo Caribe visava, inicialmente, a dois objetivos: assegurar a posse de Nova Orleans⁷, o que foi conseguido com a compra da Louisiana⁸; e assegurar o controle da famosa Windward Passage, canal de acesso ao Mar do Caribe, entre Cuba e Haiti, o qual, com a inauguração, em agosto de 1914, do Canal do Panamá adquirira importância estratégica vital para os Estados Unidos. A situação de Cuba já fora equacionada com a Emenda Platt⁹; faltava a do Haiti.

Os *marines* desembarcaram em Porto Príncipe no dia 28 de julho de 1915.

OS MARINES CHEGARAM

Max Boot, em seu livro *The Savage Wars of Peace*, afirma: “Os *marines* assumiram a administração de Porto Príncipe, oferecendo comida grátis para os famintos, assistência médica gratuita para os doentes e um chute no traseiro dos criadores de problemas” (Boot, 2003, p. 160). Afirmção um tanto messiânica, que expressa claramente o *éthos* da intervenção norte-americana no Haiti, a qual desprezou inteiramente o aperfeiçoamento das instituições haitianas.

O Presidente em exercício era Rosalvo Bobo, um médico muito popular, independente e

radical em suas posições políticas, o que não atendia aos interesses norte-americanos. Chamado a bordo do USS *Washington*, navio capitânia do Almirante Caperton, foi entrevistado pelo Comandante Edward Beach. Perguntado se era candidato à Presidência, respondeu: “A Presidência é de fato minha, as eleições são mera formalidade”. Ao que o Comandante Beach retrucou: “O senhor não é um candidato porque os EUA não querem... o senhor está forçando o Congresso a elegê-

O interesse dos EUA pelo Caribe visava à posse de Nova Orleans, conseguida com a compra da Louisiana; e ao controle da Windward Passage, canal de acesso ao Mar do Caribe, entre Cuba e Haiti

6 Em 1895, o Secretário de Estado Richard Olney já enfatizara, em nota encaminhada a Lord Salisbury: “A segurança e o bem-estar dos Estados Unidos estão de tal sorte relacionados com a manutenção da independência de todos os Estados das Américas diante de qualquer poder europeu que justifica e requer a interposição dos Estados Unidos toda a vez que essa independência estiver em perigo” (Mersheimer, 2003, p. 249).

7 Uma medida da importância do porto de Nova Orleans: sua capacidade, ainda hoje, é maior que a soma das capacidades dos dois maiores portos brasileiros.

8 O emissário de Thomas Jefferson viajou à França para negociar apenas a região de Nova Orleans; surpreendeu-se, contudo, com a proposta de Napoleão de vender todo o território da então Louisiana, uma vez que o Corso, após a perda de sua colônia mais rica do Novo Mundo, o Haiti, desinteressou-se por aquela região.

9 Dispositivo introduzido na Constituição cubana que autorizava os EUA a intervir em Cuba a qualquer momento em que interesses recíprocos de ambos os países fossem ameaçados.

lo... Não haverá nunca mais no Haiti revoluções, nem presidentes eleitos pela força” (Hein, 2005, p. 387).

O homem que os norte-americanos julgavam mais confiável era Philippe Dartiguenave, o presidente do Senado. Para elegê-lo, reuniram o Parlamento, que, sob as vistas (e as baionetas) dos *marines* e a supervisão do próprio Beach, que conferia os votos, elegeu Dartiguenave, em 1915, Presidente do Haiti. A profecia do Comandante Beach não durara uma semana!

Dartiguenave mostrou-se, contudo, mais independente do que supunham os norte-americanos: recusou-se a assinar a minuta de um tratado que Washington queria ver aprovado sem alterações. Coube, então, ao Major *Marine* Smedley Butler levá-la pessoalmente ao Presidente, que, diante desse “gesto diplomático”, não teve outra alternativa que assiná-la.

O tratado assegurava aos EUA o direito de controlar as finanças e a alfândega haitianas (recursos do comércio exterior), de criar uma polícia nacional sob a direção de militares norte-americanos¹⁰ e de intervir militarmente para fazer valer todas as disposições do tratado quando fosse necessário.

Washington desejava também que fosse aprovada nova Constituição, cuja minuta fora escrita pelo então secretário executivo da Marinha dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, que se ufanava desse feito: “Eu mesmo a escrevi e a considero muito boa” (Scaramal, 2006, p. 64). Em um de seus artigos constava a possibilidade de estrangeiros serem donos de terras e de negócios no Haiti, o que era vedado desde a Constituição promulgada por Toussaint Louverture.

Como o Parlamento recusou-se a aprová-la, o *marine* Smedley Butler, agora major-ge-

neral, comandante da Gendarmerie d’Haiti, dirigiu-se mais uma vez ao palácio com um documento a ser assinado: desta feita, o decreto que dissolvia a Assembleia Nacional.

Dissolvido o Parlamento, só restava aprovar a nova Constituição por meio de um plebiscito (modalidade inédita no Haiti). Foram 98.225 votos a favor e 768 contra. O poder das baionetas é forte antídoto contra dissidências...

Em dezembro de 1917, chegou ao Haiti o Coronel (*marine*) John Russel, que governaria de fato o Haiti, como uma espécie de procônsul, pelos próximos 13 anos.

A fim de recrutar suficiente mão de obra para trabalhar na construção da infraestrutura haitiana, foi restabelecida a *corvée*, uma espécie de trabalho forçado dos camponeses mais pobres, em troca de comida e alojamento. Os *marines* fizeram intenso uso da *corvée* (que vigorou por dois anos), principalmente na construção de estradas. Quando chegaram, em 1915, havia apenas duas ruas pavimentadas em todo o Haiti. Em 1918, graças à *corvée*, tinham sido construídos aproximadamente 750 km de estradas.

O desgaste da longa permanência no Haiti e a chegada de Hebert Hoover (que tinha pouca simpatia por essa intervenção) à Presidência dos EUA levaram à decisão de sair do país, o que se concretizou com a retirada dos últimos *marines*, em 14 de agosto de 1934, já no governo do homem que escrevera sua Constituição – Franklin Roosevelt.

Segundo Max Boot, as realizações foram muitas: “Cerca de 1.600 km de estradas, 210 pontes, nove campos de pouso, cerca de 2 mil km de linhas telefônicas, cerca de 150 km de canais de irrigação, 11 modernos hospitais, 147 clínicas rurais e outras benfeitorias mais” (Boot, 2003, p. 180). Entretanto, Boot não cita

10 O próprio Major Smedley Butler foi designado, em dezembro de 1915, com a patente de major-general, o primeiro comandante da Gendarmerie d’Haiti. Cerca de cem *marines*, inclusive praças que recebiam patente de oficial, assumiram postos de comando na Gendarmerie.

(porque inexistiram) quaisquer realizações no campo institucional. É muito mais fácil recuperar estradas do que criar condições efetivas para o funcionamento institucional e estável de um Estado. De modo geral, esta tem sido a tônica das sucessivas intervenções estrangeiras no Haiti. Todas, infelizmente, desconsideram velha lição que Jean-Baptiste Riché ensinou ao assumir a Presidência do Haiti, em 1º de março de 1846: “Reformas financeiras não são o bastante. Nós precisamos mais que isso. É tempo de estabelecer nossas instituições em bases mais sólidas” (Heiln, 2005, p. 179). O Presidente Riché quebrou dois paradigmas da política haitiana: tinha visão de estadista e morreu de morte natural, em pleno exercício do cargo, infelizmente, menos de um ano depois de tomar posse.

O próprio interventor, John Russell¹¹, declarou posteriormente que, malgrado os benefícios e avanços feitos na infraestrutura do país, muito pouco havia sido feito para assegurar o autogoverno haitiano.

Pelo contrário, o modo como os *marines* exerceram o poder e a imposição de uma Constituição que abolira o Parlamento, proporcionando poderes absolutos ao Presidente,¹² incutiram ainda mais nas elites políticas haitianas o gosto pelo autoritarismo, pelo poder absoluto, sem peias e contestações. Como afirmam Ethan Katz e Daniel

Boscow, talvez o grande legado da ocupação norte-americana tenha sido a consolidação do papel do Exército haitiano como centro gerador de poder no Haiti, até que o Presidente Aristide o abolisse em 1995, o que, desde então, tem sido talvez a maior fonte de instabilidade política haitiana.

A SEGUNDA INDEPENDÊNCIA

O Presidente Sténio Vincent, que assumira, ainda sob o domínio norte-americano, em 1930, para um mandato de seis anos, estabeleceu o dia 21 de agosto de 1934 como o Dia da Segunda Independência.

Tal qual o Ano do Centenário, não havia muito a comemorar: o mundo vivia profunda recessão e o comércio internacional caíra a níveis críticos, o que era um desastre para um país que tinha nas exportações de seus produtos agrícolas a principal fonte de riqueza.

Um plebiscito aprovou nova Constituição (os haitianos

aprenderam rápido a lição!), assegurando ao Presidente novo mandato, a partir de 1936. Sem a tutela norte-americana, Vincent, em 1938, declarou o Haiti uma ditadura e governou sob estado de sítio até 1941, quando entregou o poder.

Elie Lescot, seu sucessor, declarou guerra ao Japão após o ataque a Pearl Harbour.

O modo como os *marines* exerceram o poder e a imposição de uma Constituição que abolira o Parlamento, proporcionando poderes absolutos ao Presidente, incutiram ainda mais nas elites políticas haitianas o gosto pelo autoritarismo, pelo poder absoluto, sem peias e contestações

11 O Coronel *Marine* John Russell fez brilhante carreira no United States Marine Corps, chegando ao seu último posto, o de comandante.

12 Embora a Constituição previsse a existência de um Conselho de Estado para assessorar o Presidente, este raramente foi reunido.

Aproveitando-se da situação de guerra, decretou estado de sítio e, em fevereiro de 1942, suspendeu a Constituição. Foi derubado em 1946.

Cinco presidentes depois, sendo que os três últimos não conseguiram permanecer no poder por mais de 60 dias, um médico negro de fala mansa, sacerdote vodu, representante da ala mais radical do nacionalismo negro haitiano, atraiu a atenção dos haitianos, que o elegeram Presidente em 1957, agora, em eleições diretas, as primeiras no Haiti. O fenômeno Duvalier teria nascido da “crise da hegemonia dos grupos tradicionais de poder, somados aos conflitos socioeconômicos e políticos que vinham amadurecendo durante o período de ocupação americana” (Scaramal, 2006, p. 76).

Duvalier, ao aliar-se à ala mais radical do nacionalismo haitiano, ensinaria o desenvolvimento de uma política de domínio pelo terror (em menos de dois meses após sua posse, mais de uma centena de adversários políticos já se encontravam presos ou refugiados nas embaixadas estrangeiras de Porto Príncipe), cujos agentes de repressão tornaram-se famigerados – os Tonton

Macoute, integrantes da milícia pessoal que Duvalier criara para se contrapor ao Exército.

Os EUA inicialmente deram total apoio a Duvalier (talvez por ser um médico civil). Além do aporte financeiro¹³, enviaram ao Haiti, no início de 1958, uma missão militar para treinar o Exército haitiano. Essa missão se retirou em 1962 por recusar-se a treinar os Tonton Macoute que Duvalier, arditamente, havia alistado no Exército.

Duvalier jogava diplomaticamente com o receio norte-americano de que o Haiti se transformasse em uma nova Cuba. Segundo Dean Rusk (então secretário de Estado dos EUA), fora uma ditadura semelhante à do Haiti que ensinara a revolução cubana. Ademais, o assassinato, em 1961, de Rafael Trujillo, ditador da República Dominicana, possibilitara a chegada ao poder de líderes esquerdistas, cuja influência poderia “contaminar” o Haiti.¹⁴

Quando a Crise dos Mísseis explodiu, em outubro de 1962, Duvalier alinhou-se com os EUA, abrindo seus portos e aeroportos às forças norte-americanas, convite que os EUA aceitaram, desembarcando, sem conhecimento formal do governo haitiano, em Porto Príncipe um

O fenômeno Duvalier teria nascido da “crise da hegemonia dos grupos tradicionais de poder, somados aos conflitos socioeconômicos e políticos que vinham amadurecendo durante o período de ocupação americana”

Scaramal

Os EUA inicialmente deram total apoio a Duvalier. Além do aporte financeiro, enviaram ao Haiti, no início de 1958, uma missão militar para treinar o Exército haitiano

13 A ajuda americana ao Haiti, entre 1957 e 1961, foi de US\$ 40,4 milhões, equivalente a 2/5 da ajuda total ao Haiti nos últimos 25 anos.

14 Em 1965, os EUA, liderando uma coalizão de países latino-americanos, entre os quais o Brasil, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA), intervieram na República Dominicana.

batalhão de *marines* aprestados para combater, à espera do desenrolar dos acontecimentos, o que irritou profundamente Duvalier.

No início de 1963, em represália ao de-

sembarque do batalhão de *marines*, Duvalier conduziu, em pleno palácio, um culto vodú (do qual não fez segredo), em que lançou um feitiço de morte contra o Presidente Kennedy. A morte de Kennedy, em novembro desse mesmo ano, tornou Duvalier ainda mais temeroso. Governou despoticamente, sob inspiração do terror, dando início à diáspora haitiana, que desde então vem drenando os melhores quadros do Haiti, já que normalmente são os mais capacitados que conseguem emigrar. Em 2010, um em cada quatro haitianos vivia no exterior; 85% dos haitianos com curso secundário estavam na diáspora.

Homem que se vangloriava de governar com a caneta em uma das mãos e o revólver na outra, Duvalier permaneceu no poder como Presidente vitalício, com direito de escolher seu sucessor, até morrer de morte natural, no Palácio Nacional, em 22 de abril de 1971.

Com o avanço de sua doença e visando possibilitar que seu filho lhe sucedesse, Duvalier teve que alterar a Constituição, que proibia menores de 40 anos tornarem-

se presidentes. Esta alteração foi aprovada em plebiscito por 2.391.916 votos a favor e... zero contra!

Quando Jean-Claude Duvalier assumiu o poder, com 19 anos, ninguém acreditava que seu governo durasse. Julgavam que sua inaptidão para o exercício do cargo resultaria em sua breve destituição. Erraram todos – permaneceu no poder até 1986, superando o tempo de governo de seu pai.

Sua declaração, em um dos discursos de posse, de que “os EUA sempre haveriam de encontrar o Haiti a seu

lado contra os comunistas” (Heilmann, 2005, p. 612) bem demonstra o pragmatismo de sua sobrevivência política.

Tendo assegurado externamente, se não o apoio dos EUA, pelo menos sua conveniente indiferença, era necessário assegurar a estabilidade política interna, o que Jean-Claude obteve ao ali-

ar-se aos dois centros de poder haitianos: as elites e o Exército¹⁵.

Duvalier governou despoticamente, sob inspiração do terror, dando início à diáspora haitiana, que desde então vem drenando os melhores quadros do Haiti. Em 2010, um em cada quatro haitianos vivia no exterior; 85% dos haitianos com curso secundário estavam na diáspora

A declaração de Jean-Claude Duvalier de que “os EUA sempre haveriam de encontrar o Haiti a seu lado contra os comunistas” bem demonstra o pragmatismo de sua sobrevivência política

15 Uma das primeiras medidas de Jean-Claude para obter o apoio do Exército foi reabrir a Academia Militar, após um hiato de 11 anos.

Por outro lado, Jean-Claude tomou diversas medidas que efetivamente permitiram ao Haiti conhecer algum progresso econômico, o que também contribuiu para sua permanência no poder.

A recente abertura do novo aeroporto, compatível com a operação de jatos (o que deixava Miami a 90 minutos de distância), trouxe um surto de turismo, especialmente em decorrência de uma lei que facultava o divórcio, bastando para tal que um dos cônjuges assim o requeresse. Em 1973, visitaram o Haiti 200 mil turistas.

A diáspora, por seu turno, começava a transformar-se em inestimável fonte de recursos: em 1971, suas remessas para o Haiti já totalizavam US\$ 14 milhões.

A instalação de fábricas (cerca de 250 só na capital), particularmente têxteis, cujos produtos eram exportados para os EUA foi fundamental para o progresso haitiano. Por volta de 1978, quase um terço (250 mil) da população de Porto Príncipe dependia do setor fabril.

O desenvolvimento do setor fabril trouxe, no entanto, consequências nefastas para a agricultura: o abandono do campo pelos camponeses, que buscavam melhores condições de vida nas cidades, fez cair drasticamente a colheita dos produtos de que o Haiti era tradicionalmente exportador. A ex-

portação de café de 1977, por exemplo, foi aproximadamente a metade da exportação de 1910. Ademais, o desenvolvimento de Porto Príncipe provocou indesejável migração interna que fez a população da capital, cerca de 900 mil pessoas no final da década dos anos 70, aumentar para 3 milhões ao final da primeira década de 2000¹⁶.

Infelizmente, contribuíram também para esse progresso a exportação de cadáveres para as faculdades de medicina estrangeiras¹⁷ e a

exportação de plasma sanguíneo, retirado da doação de sangue de milhares de haitianos que diariamente, em troca de alguns dólares, enfileiravam-se nos centros de doação, boa parte dos quais tinha nessa atividade uma das principais fontes de sua sobrevivência.

Jean-Claude Duvalier, embora não estivesse diretamente envolvido, não coibiu a tortura nem os maus-tratos de prisioneiros que o regime continuava a fazer em núme-

ros inaceitáveis. A corrupção e a malversação dos recursos públicos dilapidaram o Tesouro, que já não tinha recursos sequer para importar óleo combustível ou fornecer merenda nas escolas. A eliminação de todos os porcos do Haiti, a fim de erradicar o surto de febre suína que atacara o país, retirara de seus habitantes as últimas possibilidades de mitigar a fome.

O desenvolvimento do setor fabril trouxe, no entanto, consequências nefastas para a agricultura: o abandono do campo pelos camponeses, que buscavam melhores condições de vida nas cidades, fez cair drasticamente a colheita dos produtos de que o Haiti era tradicionalmente exportador

16 Para se ter uma ideia do que esta população representa: a segunda cidade do Haiti, Cap Haitien, tem 300 mil habitantes. Um terço da população do Haiti vive atualmente em Porto Príncipe.

17 Os cadáveres dos haitianos, por não terem gordura, eram muito valorizados nas faculdades de medicina, pois facilitavam as dissecações dos estudantes.

Inúmeros distúrbios assolaram o país. Para coibi-los, Jean-Claude chamou o Exército; percebeu pela recusa de seu comandante, General Henry Namphy, que estava sozinho. Desprovido do principal apoio que o sustentava e sob forte pressão externa, Jean-Claude retirou-se para um doce exílio em Paris, em fevereiro de 1986.

Um Conselho Nacional de Governo, liderado pelo próprio General Namphy, preencheu o vácuo político e convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. Em outubro de 1986, apenas 5% da população haitiana compareceram às urnas, numa inequívoca demonstração de descredito e desesperança com as instituições políticas do país.

A Assembleia Nacional Constituinte, contudo, foi capaz de realizar um trabalho considerado muito bom por diversos analistas internacionais que acompanhavam seu trabalho e logo apresentou um Projeto de Constituição para ser submetido à aprovação popular.

A nova Constituição foi aprovada por referendo popular em março de 1987¹⁸ e encontra-se em vigor até os dias de hoje. Entre suas principais inovações constam: a criação do cargo de primeiro-ministro, cujo nome, proposto pelo Presidente, deve ser ratificado pelo Parlamento (uma tenta-

tiva de limitar o poder presidencial); a determinação que alterações constitucionais requeira aprovação em duas legislaturas sucessivas (uma tentativa de conferir estabilidade às normas constitucionais); e a criação de um Comitê Eleitoral para conduzir os processos eleitorais (tarefa que, até então, competia ao Exército).

“A Constituição é papel, a baioneta é ferro”, conhecido ditado haitiano, logo foi posto em prática: Leslie Manigat, o Presi-

dente eleito sob os auspícios da nova Constituição, foi derubado, quatro meses após sua posse, pelo General Namphy, que, por seu turno, pouco depois de assumir também sofreu novo golpe. Em quatro anos, a sucessão de golpes fez o Haiti ter cinco presidentes.

Novas eleições foram marcadas para dezembro de 1990.

Desta feita, um padre partidário da Teologia da Libertação, Jean Bertrand Aristide, que houvera sido expulso da Ordem dos Salesianos pelo Vati-

cano em 1988 por sua militância política, apareceu no cenário político haitiano e, dotado de imenso apoio popular, elegeu-se com 67% dos votos em uma eleição considerada justa por mais de mil observadores estrangeiros.

Suas ideias e declarações contundentes contra a oligarquia dominante assustaram

Inúmeros distúrbios assolaram o país. Para coibi-los, Jean-Claude chamou o Exército; percebeu pela recusa de seu comandante, General Henry Namphy, que estava sozinho. Desprovido do principal apoio que o sustentava e sob forte pressão externa, Jean-Claude retirou-se para um doce exílio em Paris, em fevereiro de 1986

18 A Constituição foi aprovada por 99% dos 50% de haitianos que compareceram às urnas. A eleição, observada por numerosas delegações estrangeiras, foi considerada justa.

as elites haitianas, o Exército e os setores conservadores da Igreja. Seria difícil governar com tantos e tão fortes antagonistas. Oito meses depois de assumir, foi derrubado por um golpe do General Raoul Cédras.

Aristide refugiou-se nos EUA, onde constituiu um governo no exílio, uma vez que apenas o Vaticano reconheceu o governo de Cédras.

Em represália ao golpe, a comunidade internacional, liderada pelos EUA, impôs um embargo econômico total ao país que, na verdade, puniu muito mais os pobres que a elite haitiana, sustentadora de Cédras. Medida desastrosa que acabou por destruir definitivamente a já cambaleante economia haitiana.

Diante da miséria do país, uma das alternativas de sobrevivência era a emigração clandestina. Desde 1981, Reagan proibira a entrada de refugiados haitianos nos EUA, sob alegação que se tratava de refugiados econômicos e não políticos; eram, portanto, capturados e deportados de volta ao Haiti. Todavia, somente nos primeiros dois meses do governo Cédras, 7 mil *boat people* foram interceptados. Como deportá-los de volta ao Haiti constituiria ato condenável, os EUA resolveram confiná-los em Guantánamo, Cuba. No início de 1992, seu número já alcançara 12.500 refugiados. Seu destino estava atrelado ao de Aristide.

Aristide voltou ao poder em 15 de outubro de 1994, para completar seu mandato, nos ombros das tropas americanas, que novamente desembarcaram no Haiti, agora sob os auspícios da ONU, que autorizara nova intervenção.

Atribuindo ao Exército a responsabilidade por sua queda, Aristide, em abril de 1995, decidiu extinguir as Forças Armadas do Haiti. Por decreto, sem maiores considerações. De uma hora para outra, 7 mil militares perderam seus salários, seu emprego fixo (o que no Haiti tem valor inestimável) e suas perspectivas de vida, já que não lhes fora previsto qualquer tipo de indenização. Restaram-lhes as armas (Aristide não os desarmou) e o imenso inconformismo de um grupo social que se habituara a exercer e a interferir no poder; uma mistura explosiva que até hoje traz repercussões na vida institucional do Haiti.

Aristide, graças a seu carisma e à aprovação popular, conseguiu eleger seu sucessor René Préval, seu antigo primeiro-ministro, que governou de 1996 a 2000.

Quando Aristide retornou ao poder em 2000, por ter sido novamente eleito, não conseguiu reaver o

cacife político que já detivera, embora ainda continuasse bastante popular. A aplicação incondicional dos princípios neoliberais que então dominavam o panorama mundial agravou ainda mais a já combalida economia haitiana, particularmente a claudicante agricultura de subsistência (a de exportação há muito desaparecera). O arroz, base da alimentação haitiana, em cuja produção o Haiti tinha sido autossuficiente, provinha agora quase inteiramente dos EUA.

A situação começara a ficar insustentável. Acusações diversas, desde fraude eleitoral a corrupção e envolvimento com o tráfico de drogas, apontavam para Aristide. Os grupos paramilitares, ex-integrantes do Exér-

Atribuindo ao Exército a responsabilidade por sua queda, Aristide, em abril de 1995, decidiu extinguir as Forças Armadas do Haiti. Por decreto, sem maiores considerações

cito Nacional, que aspiravam por sua recriação e as gangues criminosas que buscavam fortalecer seu domínio sobre as favelas de Porto Príncipe fomentavam os distúrbios.

No início de 2004, Aristide já não apresentava condições mínimas de governo. Os numerosos conflitos que, mais uma vez, assolaram o país levaram o Presidente ao colapso político e ao exílio.

Uma nova missão de paz – de imposição da paz – estava a caminho: a Multinational Interim Force (MIF), constituída por contingentes dos EUA, França, Canadá e Chile, totalizando 3 mil militares. Como seu próprio nome indicava, era interina, necessitava ser brevemente substituída.

A MINUSTAH

Enquanto a MIF cumpria sua tarefa, a ONU preparava nova missão de paz para o Haiti (a oitava desde 1993), concretizada pela Resolução 1.542 de abril de 2004, que criou a Minustah. Seus termos remetem ao Capítulo VII da Carta da ONU, em que os princípios clássicos de uma operação de paz (consentimento, imparcialidade e uso da força apenas para defesa pessoal) não se configuram claramente. No contexto de uma operação multidimensional, caberia à Minustah: restaurar e garantir um ambiente estável e seguro, conduzir o pro-

cesso político dentro de um ambiente democrático, fortalecer as instituições e garantir o respeito aos direitos humanos.

O Brasil, convidado a integrá-la, não só aceitou como foi além: assumiu o comando de seu componente militar. Os primeiros escalões da tropa brasileira chegaram a Porto Príncipe em 29 de maio de 2004. Dois dias depois, substituíram as forças da MIF.

A última experiência brasileira em operações de paz fora Angola, uma operação de paz clássica em que as tropas estavam no terreno para verificar o cumprimento de acordos anteriormente estabelecidos, à semelhança do que já ocorrera em Suez. No Haiti seria diferente. A solução militar da situação – o controle dos grupos armados de ex-militares e a neutralização das gangues, também armadas, que dominavam as favelas – requereria ações sob os auspícios do Capítulo VII da Carta da ONU, e não do Capítulo VI, como os brasileiros estavam acostumados a operar.

Embora as tropas tenham atuado, em momentos críticos, com efetivos inferiores ao que a situação recomendava (os efetivos da Minustah demoraram a completarse), o ritmo das ações não foi de molde a atender aos anseios dos EUA, França e Canadá,¹⁹ que, por diversos meios, desde pressões diplomáticas até ameaças de re-

**Caberia à Minustah:
restaurar e garantir um
ambiente estável e seguro,
conduzir o processo
político dentro de um
ambiente democrático,
fortalecer as instituições e
garantir o respeito aos
direitos humanos.
O Brasil, convidado a
integrá-la, não só aceitou
como foi além:
assumiu o comando de seu
componente militar**

19 Países que, juntamente com o Chile, constituíram a MIF. As tropas chilenas integraram posteriormente a Minustah.

torno dos *marines*, pressionavam por operações mais agressivas e contundentes, acusando nossas tropas e seus comandantes de excessiva aversão ao risco.

Esse ritmo inicial, no entanto, foi salutar às tropas brasileiras, não só por ter possibilitado adequada aclimação ao ambiente operacional, mas sobretudo por proporcionar condições para o estabelecimento de contatos com as lideranças comunitárias e o desenvolvimento inicial das operações de Assistência Cívico-Social, as famosas

Aciso, consolidada tradição das Forças Armadas brasileiras, que as realizam em todas as operações e exercícios visando a compensar os transtornos causados pela presença da tropa e a melhorar as condições da população, e que incluem atividades tais como reformas nas escolas, concursos literários, assistência médica e odontológica, realização de exames laboratoriais, doação de remédios e de livros e organização de atividades e competições esportivas. As Aciso foram imediata e sistematicamente desencadeadas no Haiti, o que angariou a simpatia (e a colaboração) da população, até então descrente e desconfiada das missões de paz da ONU, em decorrência do insucesso das inúmeras operações já havidas no país.

Após os primeiros meses, as tropas desencadearam as ações necessárias ao adequado cumprimento da missão. Entre dezembro de 2004 e junho de 2005 ocorreram 68 ataques contra tropas brasileiras, média de um ataque a cada 2,5 dias. Em 48 ataques (70%) as tropas reagiram atirando (Kawaguti, 2010, p. 124).

**Após os primeiros meses,
as tropas brasileiras
desencadearam as ações
necessárias ao adequado
cumprimento da missão...
granjearam respeito e
credibilidade graças à
adoção de procedimentos
operacionais relevantes**

As eleições de 2006 foram um teste decisivo para a Minustah. A despeito das tentativas de grupos descontentes de impedir a normalidade da votação, 67% do eleitorado compareceu às urnas, um recorde em termos haitianos. René Préval, o antigo primeiro-ministro, obteve 48,7% dos votos, votação expressiva, mas insuficiente para evitar o segundo turno entre ele e Leslie Manigat.

Os haitianos, inconformados, foram às ruas – atribuíam o segundo turno a uma manobra dos EUA, que não desejariam na Presidência um candidato de esquerda, aliado de Aristide. A suspeita de fraude fomentava a revolta popular. A alternativa de controlá-la pelo uso da força seria um desastre para o prestígio da Minustah. Por sugestão brasileira, os votos em branco, 4,7%, foram distribuídos proporcionalmente às votações de todos os candidatos²⁰. O Conselho Eleitoral Provisório declarou René Préval vencedor, com 51% dos votos. A Leslie Manigat só restou declarar que sofrera “um golpe de estado através das urnas” (Kawaguti, 2006, p. 166).

As tropas brasileiras granjearam respeito e credibilidade graças à adoção de procedimentos operacionais relevantes: respeito à população e a seus hábitos e tradições; contatos permanentes com lideranças comunitárias a fim de assegurar harmonia nas ações; busca constante da neutralidade, o que algumas vezes levou a confrontos com a própria Polícia Nacional Haitiana, em defesa da população; intenso e adequado uso de munição não letal na

20 As leis eleitorais haitianas não eram muito claras quanto ao cômputo dos votos em branco.

contenção de conflitos, como no caso das eleições de fevereiro de 2006; profundo respeito aos direitos humanos e às precárias condições de vida dos haitianos; e o desenvolvimento da concepção doutrinária de Pontos Fortes (inteiramente desconhecida do *staff* da ONU), que asseguram a presença permanente de tropa nos locais onde é mais necessária²¹.

O resultado bem-sucedido das tropas brasileiras chamou a atenção de civis e militares que acompanham o desenvolvimento das operações de paz da ONU, os quais passaram a considerar a atuação das tropas brasileiras paradigmática em operações de paz, como atestam as palavras do United States Institute of Peace (Usip), em ensaio publicado em setembro de 2008: “As lições do retumbante sucesso alcançado no Haiti devem ser capturadas e postas em prática em qualquer lugar onde as missões forem confrontadas por grupos armados ilegais” (Braga, 2010, p. 15). Ou as palavras de Hédi Annabi, representante especial do secretário-geral da ONU e chefe da Minustah, em 25 de abril de 2010: “O desempenho do contingente brasileiro obteve a admiração e a gratidão de seus companheiros e colegas, das lideranças e do povo haitiano. Ele corresponde ao ideal das operações de paz da ONU, segundo o qual a paz não pode efetivamente ser imposta

pela força, devendo ser consolidada por meio dos corações” (Braga, 2010, p. 132).

No final de 2009, os resultados da Minustah eram notórios. O Produto Interno Bruto (PIB) haitiano, que em 2004 crescera negativamente (-3,5%), com a inflação alcançando 21,7%, crescera em média 2,5% no período de 2004 a 2009²². A inflação em 2009 fora reduzida para 2,9%, e as reservas do país totalizavam US\$ 947,5 milhões, equivalentes a 3,7 meses de importações. Projetava-se para 2010²³ um crescimen-

to de 3,5% e para 2011, 10,2%. Ademais, a organização da Polícia Nacional Haitiana era um dos projetos mais bem-sucedidos de toda a Minustah.

No início de 2010, esses dados ensejavam debates, análises e comentários que convergiam para a oportunidade de se iniciar a redução da presença militar da ONU no Haiti, mediante a redução dos efetivos militares, concomitantemente à sua substituição por policiais da

Polícia das Nações Unidas (Unipol), até que a Polícia Haitiana alcançasse os efetivos compatíveis com o cumprimento pleno de suas responsabilidades, e a alteração do perfil da missão para a de construção da paz (*peace building*), na qual as ações concentram-se, basicamente, na ajuda humanitária, na construção e reparo da infraestrutura do país e no aperfeiçoamento e consolidação de suas instituições políticas.

Em menos de um minuto, 8 bilhões de dólares, 120% do PIB haitiano de 2009, foram reduzidos a escombros pelo terremoto. Dos 29 edifícios governamentais, 28 tinham desaparecido, causando a morte de 20% de todos os funcionários públicos do Haiti

21 Experiência que, posteriormente aperfeiçoada, foi adotada no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro, com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

22 Mesmo assim, o PIB de 1980 (Jean-Claude Duvalier) foi 8% superior ao de 2009!

23 O ano fiscal do Haiti termina em setembro.

Ao cair da tarde de 12 de janeiro de 2010, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) levando os primeiros 130 militares do novo contingente brasileiro não pôde aterrissar, pois, duas horas antes, um terrível terremoto destruíra Porto Príncipe. A aeronave retornou, então, ao Brasil, após breve escala em São Domingos.

Em menos de um minuto, 8 bilhões de dólares, 120% do PIB haitiano de 2009, foram reduzidos a escombros pelo terremoto. Dos 29 edifícios governamentais, 28 tinham desaparecido, causando a morte de 20% de todos os funcionários públicos do Haiti. Infelizmente, as penitenciárias também não foram poupadas: 5.600 prisioneiros viram-se libertos, em meios aos escombros de suas celas.²⁴

A catástrofe atingira diretamente 1,5 milhão de habitantes – cerca de 300 mil morreram, os demais, 1,2 milhão, procuraram refúgio nos acampamentos que a Minustah e todas as demais organizações da ONU empenhavam-se em construir e organizar o quanto antes.

O terremoto castigara irremediavelmente Porto Príncipe, responsável por 65% da atividade econômica do Haiti e por 85% da arrecadação de impostos, fato que faria o PIB de 2010 cair 8,5% e a inflação superar os 10%.

O ENCONTRO COM A HISTÓRIA, UMA NOVA ERA?

O devastador terremoto atraiu a atenção mundial para o Haiti. Milhares de instituições, agências e organizações, embaladas por renovada solidariedade ao povo haitiano, dirigiram-se ao Haiti para ajudar na sua recuperação.

René Préval considerou 12 de janeiro como o “*rendez-vous avec l’histoire*” –

uma oportunidade para reconstruir o Haiti, tornando-o um país emergente até 2030. Para tanto, preparou, juntamente com seus assessores e representantes da comunidade internacional, um Plano de Reconstrução do Haiti, que apresentou no dia 31 de março de 2010, na Conferência de Doadores do Haiti, realizada na sede da ONU.

O Plano de Reconstrução do Haiti prevê duas fases: a primeira, com duração de 18 meses, enfatizando essencialmente a criação de empregos por meio da construção civil, necessária para reconstruir ou reparar cerca de 250 mil imóveis afetados pelo terremoto, inteiramente dependente de uma ajuda internacional de US\$ 3,9 bilhões; e a segunda, com duração de dez anos, enfatizando a recuperação dos setores tradicionais – agricultura, indústria e turismo –, que demanda cerca de US\$ 11,5 bilhões.

A Conferência atendeu aos anseios haitianos de ajuda internacional. Determinou, entretanto, a criação de uma Comissão Interina de Reconstrução do Haiti, responsável pelo planejamento, a distribuição e o controle da aplicação desses recursos, a ser copresidida pelo enviado especial da ONU ao Haiti, o ex-presidente Clinton, e o ex-primeiro-ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, o que feria profundamente o orgulho nacional haitiano. Como aponta Monica Hirst, a Comissão criada, embora tenha representante haitiano, sobrepõe-se ao Estado haitiano, limitando sua soberania. “É tristemente irônico que o país americano, que no início do século XIX inaugurou simultaneamente o ciclo de processos de independência e abolição do trabalho escravo, 200 anos depois seja compelido a aceitar a suspensão parcial de sua soberania como único caminho para evitar sua extinção” (Hirst, 2010, p. 103).

24 Conforme relatório do secretário-geral da ONU de 24 de março de 2011, apenas 8% desse total haviam sido recapturados até aquela data.

Há ainda outra intervenção na autonomia do governo haitiano, igualmente prejudicial, embora não tão ostensivamente identificada: as Organizações Não Governamentais (ONG). A presença das ONG no Haiti alcançou, depois do terremoto, números antes inimagináveis: “cerca de 3.000, das quais apenas 10% encontram-se legalmente registradas no governo” (Cruz, 2010, p. 100).

Segundo acompanhamento feito pelo escritório do enviado especial da ONU, ex-Presidente Clinton, “dos US\$ 2,4 bilhões de ajuda emergencial distribuídos após o terremoto, 34% foram para organizações civis e militares dos países doadores, 30% para as agências da ONU e ONG internacionais, 29% para outras ONG e empresas particulares, 6% para receptores não identificados e 1% para o governo do Haiti” (Farmer, 2011, Foreign Affairs). Isto não significa que esse dinheiro (ou parte dele) não tenha chegado ao Haiti; significa que foi aplicado de acordo com os interesses e prioridades das organizações envolvidas, que não são, necessariamente, os mesmos do governo.

A propósito, o Ministério da Economia e Finanças do Haiti, em seu relatório “*Haiti after the Earthquake: A Case for Increase Budget Support*”, alerta que a ajuda internacional deve ser canalizada por meio das atuais agências e instituições estatais, visando aplicar os recursos, fundamentalmente, em conformidade com as prioridades do governo, o que torna a ajuda mais eficaz, além de fortalecer as agências governamentais envolvidas.

Com as eleições de novembro de 2010, a efervescência política voltou à tona. O Conselho Eleitoral Provisório, cujos membros foram todos indicados por Préval, proibiu a participação de 15 partidos, entre eles o de Aristide, o que lançou dúvidas sobre a lisura do pleito. Préval foi acusado de proteger seu candidato, Jude Célestin, que ficou na frente da votação no primeiro turno.

As acusações de fraude levaram à intervenção de uma comissão da OEA, que declarou, em face das irregularidades constatadas, o impedimento de Célestin, levando para o segundo turno Mirlande Manigat e Michel Martelly.

Embora Jude Célestin tivesse sido aliado da disputa, o Partido de Préval, Inité, assegurou a maioria do Parlamento, o que trará imensas dificuldades para Martelly, o Presidente eleito no segundo turno.

Em um palácio semidestruído (triste coincidência com a catedral onde Dessalines tornou-se imperador do Haiti), o Presidente Martelly tomou posse, no dia 24 de maio de 2011, em uma cerimônia às escuras, devido à crônica deficiência do fornecimento de eletricidade em Porto Príncipe.

Entre os haitianos que acompanhavam a cerimônia, cerca de 600 mil ainda viviam em acampamentos da ONU. Como em sua totalidade eram locatários, não têm o que reconstruir nem onde morar. Ademais, as condições de vida, alimentação, água potável, assistência médica, instalações sanitárias (a ONU construiu 11 mil latrinas) que lhes são asseguradas nesses acampamentos excedem em muito as que detinham anteriormente, o que entrava sobremaneira o desejo do governo de eliminar o quanto antes tais acampamentos.

Martelly tem, portanto, diante de si enormes desafios. Governará com um Parlamento politicamente hostil, em um ambiente político conturbado pela ação dos militantes dos 15 partidos políticos aliados da oportunidade de participarem das eleições, agravado pelos recentes regressos de Jean-Claude Duvalier e Jean Bertrand Aristide, o que lhe exigirá habilidade política, que ainda não foi capaz de demonstrar, haja vista a dificuldade que encontra para aprovar o nome do primeiro-ministro.

Precisará iniciar a reforma da Constituição (alterações constitucionais requerem

duas legislaturas consecutivas), particularmente para permitir a dupla cidadania, reivindicação veemente que a diáspora apresenta (os haitianos perdem sua cidadania, automaticamente, ao receber a cidadania de outro país). Como estrangeiros não podem ser donos de terra nem de negócios, a necessidade de se associar obrigatoriamente a um haitiano desestimula os investimentos externos.

Precisará também cuidar da educação da jovem população haitiana: 38% têm menos de 18 anos, sendo que, mesmo antes do terremoto, uma em cada cinco crianças estava fora da escola. Deverá coordenar as ações das milhares de ONG que operam no Haiti, mapeando sua atividades e as fontes e origens de seus recursos, para que atuem em conformidade com os interesses e prioridades do governo haitiano, não permitindo que substituam inteiramente o Estado em suas obrigações, afazeres e responsabilidades.

Terá que proporcionar emprego para a população, razão maior de toda a inquietude política e social do Haiti. Tarefa hercúlea, uma vez que, atualmente, 80% da popula-

ção economicamente ativa encontram-se sem emprego formal.

E precisará recriar as Forças Armadas, promessa de campanha de todos os candidatos, conferindo-lhes caráter específico, inerente ao Haiti, a fim de que não mais interfiram na vida política do país.²⁵

Passados mais de 200 anos de uma história escrita com sangue, o abismo social, que ainda traz conotações raciais, só fez aumentar: uma elite riquíssima, extremamente culta e bem preparada, representada por não mais que uma centena de famílias, dominando economicamente uma população miserável que luta diariamente para sobreviver

A magnitude desses desafios (há muitos outros) recomenda a permanência da Minustah no Haiti, ainda que no viés de uma operação de construção da paz. O tempo de sua permanência deverá ser condicionado ao atendimento de parâmetros institucionais, previamente definidos, entre os quais deve constar a necessidade de que os efetivos da Polícia Nacional Haitiana e das futuras Forças Armadas atinjam níveis semelhantes aos atuais da Minustah, que soma 8.718 militares e 3.543 policiais (além de 566 funcionários civis inter-

nacionais, 1.329 funcionários civis locais e 237 voluntários das Nações Unidas)²⁶.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Quando o abade Grégoire vaticinou, ainda em 1791, no início da revolta dos escri-

25 Uma sugestão do autor: uma Ala Naval, voltada para a segurança da vida no mar e o patrulhamento das águas costeiras, principalmente com vistas à repressão ao tráfico; uma Ala Aérea de transporte, voltada para o apoio à população; e uma Ala Terrestre, essencialmente dedicada à prevenção, controle e execução de planos emergenciais, capazes de lidar com as intempéries tão rotineiras no Haiti. A Polícia Nacional Haitiana continuaria restrita às tarefas de policiamento ostensivo e polícia criminal.

26 O que requer orçamento anual de US\$ 810 milhões.

vos, que “*um dia nas costas das Antilhas o sol só iluminará homens livres e que os raios do astro que espalha luz não cairão mais sobre ferros e escravos*”²⁷ (Morel, 2005, p. 79), não poderia imaginar o trágico destino da Pérola do Caribe.

Os escravos libertos não conseguiram superar os fortes antagonismos decorrentes das abissais diferenças sociais e intelectuais que permeavam as relações sociais haitianas, e que se manifestaram em profundo ódio racial, esse, sim, a maldição que levaria o país à ruína.

Passados mais de 200 anos de uma história escrita com sangue, o abismo social, que ainda traz conotações raciais, só fez aumentar:

uma elite riquíssima, extremamente culta e bem preparada, representada por não mais que uma centena de famílias, dominando economicamente uma população miserável que luta diariamente para sobreviver.

As razões que levaram a antiga Pérola do Caribe à situação atual, embora atenua-

das, ainda se fazem presentes. Não se pode esquecer que Préval e Martelly só conseguiram assumir seus mandatos em virtude da intervenção e do respaldo da Minustah.

Ao estudá-las, conclui-se ser escapismo infundado atribuir todas as mazelas haitianas à deletéria ação das potências estrangeiras, embora tenham parcela sig-

nificativa de responsabilidade nelas. Por outro lado, é um doce romantismo enaltecer sobremaneira a república livre dos escravos do Caribe, pois o Haiti, na verdadeira acepção da palavra, jamais foi livre e, muito menos, república.

Portanto, faz-se necessário (na verdade, uma obrigação da comunidade internacional, pelo menos

dos países que mais interagiram com o Haiti) ajudar o Haiti a consolidar suas instituições e a reduzir sua pobreza. Isto leva tempo. A saída prematura da Minustah pode vir a fertilizar o ventre que gerou tanta discórdia.

Ele continua fecundo.

Faz-se necessário ajudar o Haiti a consolidar suas instituições e a reduzir sua pobreza. Isto leva tempo. A saída prematura da Minustah pode vir a fertilizar o ventre que gerou tanta discórdia. Ele continua fecundo

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<HAITI>; História do Haiti; Operação de Paz; ONU;

27 As frases entre aspas são transcrições literais de trechos dos livros mencionados ao seu final; quando esses livros são escritos em idioma estrangeiro, trata-se de tradução feita pelo autor.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Rodrigo. *Haiti, depois do Inferno*. Editora Globo. 2010.
- BOOT, Max. *The Savage Wars of Peace*. Basic Books. 2002
- BRAGA, Carlos Chagas. “Violência Política e Controle de Massas: Lições do Sucesso Brasileiro na Melhora dos Níveis de Segurança do Haiti”. In: *Terrorismo na América do Sul. Uma Ótica Brasileira*. Organizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva e Daniel Santiago Chaves. Editora Multifoco. 2010, p. 113-136.
- BRAGA, Carlos Chagas. “Desafios Futuros Para as Operações de Paz Brasileiras”. In *Revista da Escola de Guerra Naval*, nº 15. 2010, p. 11-23.
- COSTA, Nepomuceno; Zuccaro, Paulo; Lima Filho, Cícero e Sanches, Marcos. “O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais Haiti. O Pousa do Albatroz”. In: *O Anfíbio*, revista do Corpo de Fuzileiros Navais, nº 23. Ano XXIV. 2004, p. 9-18.
- CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. “Haiti: interferências externas e deformações na política interna”. In: *Política Externa*, vol. 19, nº 1, Jun/Jul/Ago 2010, p. 93-101.
- FOREIGN AFFAIRS. Paul Farmer. *Partners in Help*. 29/Jul/2011. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/68002/paul-farmer/partners-in-help>. Acessado em 02 de agosto de 2011.
- GREENE, Graham. *The Comedians*. Penguin Books. 2005.
- HAITI. Governo da República do Haiti. *Action Plan for National Recovery and Development of Haiti*. March 2010.
- _____. Ministério da Economia e Finanças. *Haiti after the Earthquake: A Case for Increase Budget Support*. 2010.
- _____. Ministério da Economia e Finanças. *Haiti – Key elements of the Post-Earthquake Strategy for Revenue Administration and Fiscal Policy*. 2010.
- HEILN, Robert e HEILN, Nancy, revisado e expandido por HEILN, Michael. *Written in Blood*. University Press of América. 2005.
- HIRST, Mônica. “O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável – Um Olhar Sul-Americano”. In: *Política Externa*, vol. 19, nº 1, Jun/Jul/Ago 2010, p. 103-111.
- KATZ, Ethan e BASCOW, Daniel. *Justice for Haiti: Beyond Aid and Debt Forgiveness*. www.coha.org. 14 de abril de 2010. Acessado em 28 de julho de 2010.
- KAWAGUTI, Luis. *A República Negra*. Editora Globo. 2006.
- MEARSHEIMER, John J.. *The Tragedy of Great Power Politics*. W. W. Norton & Company. 2003.
- MOREL, Marco. “O Abade Gregoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX”. *Almanack Brasiliense*, nº 02, novembro de 2005.
- NETO, Danilo Marcondes de Souza. “Operações de Paz e Cooperação Regional: O Brasil e o Envolvimento Sul-Americano na Minustah”. In *Revista da Escola de Guerra Naval*, nº 15. 2010, p. 25-58.
- SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Fenomenologia de uma Barbárie*. Cãnone Editorial. 2006.
- THE ECONOMIST. *Martelly Takes Over*. Disponível em <http://www.economist.com/blogs/americasview/2011/05/haitis-new-president>. Acessado em 27 de julho de 2010.
- ONU- CONSELHO DE SEGURANÇA. *Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti*. 01 de setembro de 2010.
- ONU- CONSELHO DE SEGURANÇA. *Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti*. 24 de março de 2011.